



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

sistema financeiro. Tivemos que sanear o sistema financeiro. O ano de 1996 foi abençoado, não houve crise de fora. Podem ver as taxas de crescimento. As maiores são de 1993, 1996 e 2000, porque não houve crise. Em 97, crise da Ásia. Em 98, da Rússia. E, em 99, a nossa. O ano de 2000 foi maravilhoso: tendo uma certa ameaça aqui ou ali, no geral foi maravilhoso. Em 2001, Brasil, Argentina, Estados Unidos. É muita turbulência. Só que essa turbulência, pelo que tenho visto, pelo que tenho lido nos jornais e que os senhores discutiram aqui, parece que vai ficar. Parece que não é uma turbulência passageira: é uma turbulência que ameaça continuar por algum tempo. E sabe Deus por quanto tempo.

Eu não sei, nem quero, diante de tantos doutos, arriscar-me a falar do que não sei. Só um pouquinho. Mas tenho a impressão de que ainda não sabemos muito bem a natureza do processo que estamos vivendo nos dias de hoje. Quando se fala em crise, não é a crise de 29, nem sequer a crise de 82. São coisas diferentes. Muitas vezes a economia real está sadia, não está havendo nem sequer desequilíbrio entre oferta e demanda. Está sadia. E, de repente, surge uma tempestade, cujo epicentro não vem da economia real, não é consequência da economia real. É outro fenômeno que não sei identificar; só sinto os efeitos, que vêm sempre sobre a nossa cabeça. E os países chamados emergentes precisam, para o seu crescimento, de capital que não têm suficiente. Vejo sempre: “Ah, é preciso aumentar a poupança interna.” Poupança interna... Mas aumentar como?

Com a crise fiscal, para fazer frente a dois setores – primeiro, manter a estabilidade da moeda; dois, não paralisar o desenvolvimento social – o que se fez? Aumentamos imensamente a carga tributária. Esses anos todos do Real foram anos, enfim, de estabilidade, não só do ponto de vista da moeda, mas também de uma certa estabilidade social que vem como consequência disso. Basta dizer que não há greve no Brasil há muitos anos. Há um ou outro caso no setor público, porque há mecanismos de negociação e tal. Não há uma situação de mal-estar social. De vez em quando, se lê que há, mas não é uma coisa sensível do ponto de vista político. Quando se vai a uma discussão na campanha eleitoral, fala-se de temas abstratos, muito abstratos. E, aí, se faz uma luta simbó-

lica: quem vai gerar mais empregos e não-sei-o-quê. Mas não se está tocando em alguma coisa que seja uma chaga aberta: essa chaga existe, mas não está aparecendo dessa forma.

Para fazer frente, portanto, ao gasto social, nós aumentamos a arrecadação. O Ministro Guilherme Dias deve ter dado algumas informações a vocês. O gasto social no Brasil aumentou enormemente. Aumentou de 100 e poucos bilhões para 170 e tantos bilhões nesse período de 6 ou 7 anos. Quer dizer, houve um aumento forte do gasto social, e, ao mesmo tempo, controlamos a moeda e geramos superávit. Como? Aumentando o imposto. E não por acaso os setores privados reclamam e pedem uma reforma tributária. Na verdade, quando pedem reforma tributária, pedem para pagar menos imposto. E é por isso que nunca se faz a reforma tributária e nunca se chega a um acordo, porque por trás da idéia de reforma tributária o que está é uma idéia compreensível de diminuir a carga tributária, que chegou a um limite, ninguém vai poder agüentar. Ninguém, eu não sei. Eu, não. Não tenho tempo. Não dá para aumentar mais.

Esse constraint é muito grande no caso brasileiro. Então, de onde se vai tirar o recurso? Precisa de recurso. E, precisando de recurso, há o endividamento. Notem que no endividamento externo do Brasil, hoje, não foi o setor público que se endividou. O setor público, em 94, tinha uma dívida de 94 bilhões de dólares. Em dezembro de 2001, eram 92 bilhões de dólares. Diminuiu. E, como o PIB cresceu, como proporção do PIB isso é nada, é muito baixo o endividamento público. E público aqui não é federal: é federal, estadual e municipal. O que cresceu de endividamento foi o setor privado. E, na verdade, é um mecanismo, muitas vezes, de matriz com filial. Mas não só: são também empresas daqui que vão se financiar lá fora por causa das taxas de juros que são ou em certos momentos se tornam mais convenientes – depois, havendo um problema cambial, afogam as empresas.

Então, o desafio que temos aqui para manter um processo de desenvolvimento não é simples. E não será suficiente mudar política, decisão disso, decisão daquilo, porque há um problema estrutural, que é complexo e não está resolvido, de como se vai buscar esse novo dinamismo.

A resposta mais óbvia eu vejo todo dia: aumentar o saldo da balança comercial. É verdade. Neste ano, diz o Ministro – e eu acredito nele, porque ele, no começo, mencionou que seriam 5 bilhões de dólares e, agora, está falando em 7...

*Ministro Sérgio Amaral:* Oito.

*Presidente:* Oito? Meu Deus. Oito bilhões de dólares. No ano passado foi negativo de quanto? Foi positivo. Então, foram 2,6.

Bom, de qualquer maneira, é um avanço muito grande. Quer dizer, não se pode pensar que uma economia possa dar um salto assim, de repente. No ano que vem, pode-se imaginar que seja de 10 bilhões de dólares. Mas não dá para apertar um botão. Vai exportar para onde? Tem que entrar na competição. Tem que melhorar a qualidade. Leva tempo. Tem que criar uma mentalidade exportadora. Tem que mudar a tecnologia. Enfim, é um processo.

Não sou pessimista quanto a esse processo. Apenas acho que se deve ver que é um processo e não se deve cobrar de cada conjuntura o resultado que só pode ocorrer no processo. A questão é saber: estamos ou não, como país, diante do desafio da globalização, lançando as condições fundamentais para que se possa seguir adiante, criando uma outra sociedade, melhor?

Acho que os dados que mencionei, alguns de passagem, de educação, de saúde, até mesmo de concentração de renda, ao contrário do que se dizia, segundo as últimas Pnads, mostram claramente que não houve aumento da concentração de renda. O decil dos mais pobres do Brasil, de 93 a 2001, teve um aumento, não me lembro exatamente, de 100? Em 93, ele vai para 178. Creio que é isso. Não tenho certeza. É por aí. Enquanto que os mais ricos cresceram, mas muito menos que isso. Quer dizer, quando se vê o Gini, ele se move muito devagarinho.

Esses números todos acho que são bons e são bons de se ver, mas indicam insuficientemente. O que está por trás deles? O que mudou? Tem mais educação? Tem mais saúde? Tem mais água encanada? Tem mais coleta de lixo? Saneamento? Isso está acontecendo. Os dados são

claros de que está acontecendo. Não na velocidade que queríamos, mas está acontecendo.

Bem, vai depender de muitas coisas a continuidade de um processo de desenvolvimento. Primeiro, passemos de novo para o plano geral. Acho que, do jeito que as coisas vão, não vão poder continuar por muito tempo. Não sei se muda para melhor. Pode ser até para pior. Mas não vão poder continuar por muito tempo essas turbulências frequentes e com uma espécie, para usar o jargão, de “déficit de governança global”. Nós temos um mundo onde o sistema financeiro está totalmente integrado e globalizado, que movimenta 1 trilhão de dólares por dia, mais ou menos. Quando o Fundo Monetário – e para com o Brasil foi generoso – dá 30 bilhões, parece muito, mas são 30 bilhões em 1 trilhão. Quer dizer, é um pouco patético.

Vi que o Doutor Bacha fez uma proposta aqui de um banco central dos bancos centrais e vi também que Guillermo Ocampo – não sei se é isso mesmo, vi pelos jornais – tinha uma idéia um pouco diferente, de que era preciso não separar os países emergentes dos outros. Separando ou não separando, a idéia keynesiana de quando se fez Bretton Woods, na discussão de Bretton Woods, está presente. Quer dizer, alguma forma de liquidez, para ser rapidamente obtida, tem que ser criada. E não há esse mecanismo. Não existe esse mecanismo.

Um país como a Argentina está “ardendo” viva, sem que se faça qualquer coisa. A um ponto tal que, daqui a pouco, ela vai provar que ela pode viver sem nada, sem esses mecanismos. Não sei se é bom ou mau, porque vai viver num patamar mais baixo. E não por culpa da Argentina. Claro que num processo, sim, pode ter havido erros aqui, ali e acolá. Mas chega um momento em que se toma a decisão de hand off, deixa para lá.

É possível isso? É possível que se deixe a África do jeito que está, vários setores da África do jeito que estão? É possível? É possível que a Europa se encastele com medo do imigrante, fique temerosa e só discuta – como nós aqui – segurança? É possível isso? E será uma sociedade saudável? Melhor: pode não ser saudável, mas será durável, com essas condições? Historicamente, eu tenho minhas dúvidas. Acho que vai ser

necessário, progressivamente, voltar aos grandes temas, que estão obscurecidos, compreensivelmente, pelo tema do terrorismo e da segurança. Vamos ter que voltar aos grandes temas do desenvolvimento, de uma – pode ser utópico – globalização mais solidária e menos assimétrica; e que haja mecanismos para isso, instituições.

O que vai acontecer com as Nações Unidas? O Presidente Bush disse ontem uma coisa severa e verdadeira: ou assume sua responsabilidade ou é nada. Como vai atuar? O que vai acontecer com a Europa? Vai olhar cada crise e pedir socorro? Será isso? Vamos todos imaginar que o mundo unipolar é a forma de organização planetária? Acho isso algo historicamente complicado, discutível.

Então, acredito que esses processos pesam sobre nós também. Essas indefinições – como vai manchar o conjunto do mundo? –, essa aversão ao risco, repentina, que teve uma causa específica, começam com a questão das Torres Gêmeas, mas, de repente, contagiam tudo e paralisam todo mundo. Há muitos anos – e aqui o Dr. Manuel Castells nessa época estava lá também –, em Nanterre, escrevi um artigo para a Associação Internacional de Sociologia, quando me despedi da presidência da mesma, que eu chamei “A Teoria do Curto-Circuito”. E isso foi a partir do que aconteceu em Nanterre. Não vou contar porque é longo e Castells sabe melhor que eu. Aquilo ali não foi nada, era uma coisa muito pequenininha e, de repente, tomou conta da França – era um curto-circuito.

Bem, o caso das Torres Gêmeas é um outro curto-circuito, uma coisa que parece isolada e, de repente, tem capacidade de mudar muita coisa. E não se entende muito bem o porquê. O fato é que de repente se mudam as condições psicológicas e as expectativas. E isso paralisa processos de crescimento, cria bloqueios. Enfim, nós estamos vivendo num mundo que repete o que eu ouvi de uma pessoa de um desses bancos de investimentos. Ele me disse o seguinte: “Olha, nós estávamos habituados a uma economia que calculava o risco. O risco é calculável. Mas agora não é o risco que se está calculando.” De repente, o que está havendo aqui é o inesperado, é uma mudança súbita, e a mudança súbita não tem teoria que se calcule – talvez a teoria do caos. Mas não é

confortável viver pensando que só a teoria do caos vai nos ajudar. A teoria do caos está boa lá para a física, o Big Bang, tudo bem, porque isso não afeta o nosso dia-a-dia. Agora, não ter capacidade de calcular o que vai acontecer e, por isso, secar as fontes de financiamento afeta o nosso dia-a-dia.

Mas esse é o mundo em que nós vivemos. Adianta pouco chorar por ele ou chorar porque estamos nele. O que adianta é construir caminhos. Um país como o Brasil tem que construir seus caminhos, tem é que criar as condições para que, a despeito de tudo isso, a gente continue marchando numa certa direção. Isso depende de capacidade institucional, de capacidade política, depende talvez até de certos valores, depende de uma compreensão mais ampla dos processos em marcha, para que nós possamos avançar. Acho que, de alguma maneira, nós temos plantado aqui sementes ou ingredientes que permitam ao País dizer: não, a despeito de tudo, nós estamos avançando – se não avançando como gostaríamos, estamos criando as condições morais, materiais e institucionais que permitam o avanço.

Isso implica educação, implica tecnologia, implica discernimento político, implica democracia, implica civilidade, se posso falar assim, implica uma série de dimensões muito diferentes das dimensões de quando se pensava: quanto vou investir para produzir ferro? O que faço com carvão? O que faço com aço? É outra coisa, porque vai precisar criar uma resistência na sociedade, uma plasticidade na sociedade e uma capacidade de se adaptar inovando, que depende de fatores que não são, digamos, de infra-estrutura só, porque não são, digamos, hard, são muito mais “soft”. Mas esses fatores são fundamentais.

Termino dizendo o seguinte: esta nossa sociedade, de alguma maneira, como mencionei no início, foi avançando na direção eu diria quase que de uma auto-regulação e diminuindo a expectativa de que tudo tinha que ser definido de cima para baixo. Essa idéia de que o Estado é que vai fazer ou de que é o partido que vai fazer são idéias antigas. Acabei de dizer que o Estado é indispensável, temos que ter um Estado ativo, um Estado inteligente. Não é que não tenha, mas não se pode imaginar que isso tudo saia do Estado ou que tudo saia do partido, ou

tudo do Congresso. Não. Isso vai depender, em grande parte, desse renascimento das formas múltiplas de sociabilidade, vai depender da capacidade que nós tenhamos de ter uma opinião pública fluida. Depende da mídia entender seu papel e, realmente, transmitir com acuidade o que está acontecendo, e não com uma visão pequena, não com parti pris.

No Brasil, existe muita liberdade hoje – acho isso um dado positivo –, o que permite acreditar que, a despeito de todas essas dificuldades mundiais que não preciso mencionar de novo, tenhamos capacidade de seguir adiante. Pode ser que seja só o que dizia meu grande amigo Albert Hirschman – e vou citar duas coisas dele. Ele tem um artigo admirável. Nos anos 60, 70, nós aqui tínhamos uma obsessão de ver os obstáculos ao desenvolvimento. Qualquer um de nós, sociólogo, economista – naquela época, não havia cientista político, este é animal moderno, e eu sou catedrático de Ciência Política –, naquela época, vivia vendo os obstáculos ao desenvolvimento. Tudo era obstáculo. Não podíamos crescer nunca. Aí, o Hirschman escreveu um artigo, “Obstáculos para ver o desenvolvimento”, porque, às vezes, a gente não vê o que está acontecendo. E um outro, de que gosto muito, chamado “A bias for hope”, Predisposição à Esperança. Eu participo dessa visão do mundo. Não sei se é visão do mundo. Acho que temos que ter sempre “a bias for hope”. Não há por que, a despeito de tudo, não acreditarmos, com o que já se conseguiu fazer, que é possível ir adiante.

Com toda essa globalização, com todas as dificuldades, eu disse, são 150 bilhões de dólares que entraram de capital produtivo direto. No México, também; no Chile, um pouco. Os outros países acho que ficaram à margem, aqui na América Latina. Na África, quase tudo à margem. Acho horrível isso. Acho que é preciso mecanismos que transformem isso. Mas não é o nosso caso. Não ficamos à margem. Talvez não tenhamos avançado tanto quanto poderíamos. Caberá, enfim, nos próximos anos, avançar mais. Vamos ter que continuar fazendo reformas. Com a crise fiscal que temos, se não se mudar a previdência social, não haverá quem resolva essa questão. Se não se conseguir mudar um pouco a mentalidade corporativa, não haverá muito como avançar, porque,

em matéria de serviço público, tudo que se avança no Congresso os tribunais seguram. Nós vamos, sim, ter que avançar mais na reforma tributária. Mas tudo isso são questões instrumentais. O mais importante é manter “a bias for hope”.

Muito obrigado.